

## O ANTISSEMITISMO

(ou A necessidade de se discutir formas de opressões baseadas no preconceito racial)<sup>1</sup>

David Costa Rehem<sup>2</sup>

Discutir o antissemitismo tornou-se algo imprescindível nos dias de hoje. Em tempos em que o Estado Sionista de Israel pretende deter toda primazia sobre os judeus e o judaísmo de todo o mundo, cometendo diversas atrocidades contra o povo palestino e acusando de antissemita todos e todas que se opõem a tais ações, se faz necessário buscar compreender o que é antissemitismo e sua construção a partir do racismo científico.

A racialização dos judeus no antissemitismo moderno é uma característica importante e merece algumas reflexões. Principalmente por estar pretensamente embasado em métodos científicos de análise, sendo esse um dos diferenciais do antissemitismo, ou anti-judaísmo, pré-moderno.

Juntamente com a noção de racialização é importante refletir algumas questões que dizem respeito ao próprio judeu e sua inserção na sociedade capitalista. Da fama de “financiador do capitalismo” à de “trabalhador comunista” e, portanto, “subversivo”, a presença dos judeus nos diversos movimentos das distintas classes sociais foi (e de certa forma ainda é) um elemento de relevância para a idealização de um movimento judaico internacional que visava destruir os valores da sociedade ocidental cristã.

Por último, e não menos importante, é necessário compreender o antissemitismo em seus diversos aspectos. Ele não se manifestou de forma racional ou irracional. Ele se apresentou com um grau de complexidade que utilizou tanto elementos objetivos quanto subjetivos, não só no campo político-econômico, a partir de seu posicionamento nas classes, ou nas elaborações raciais científicas que buscavam uma justificativa concreta para a inferiorização do judeu e/ou para a sua classificação como irremediavelmente desonesto, usurário, trapaceiro, mas também na subjetividade de todos esses aspectos, a partir de bases mitificadoras, como apresentado pelo psicanalista austro-húngaro Wilhelm Reich<sup>3</sup>.

---

1 Este texto se baseia nas reflexões apresentadas no primeiro capítulo da dissertação de minha autoria: REHEM, David Costa. *“As forças secretas da revolução”: antissemitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937)*. Dissertação de mestrado. UEFS, 2011.

2 Professor do Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE.

3 REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1988.

Sobre essa complexidade Reich, analisando a questão do fascismo, aponta para uma relação direta com aspectos biopsíquicos do homem que se dividiriam em três níveis:

- 1) O nível superficial, em que percebemos o homem da cooperação social. É aquele onde observamos que um “...*homem médio é comedido, atencioso, compassivo, responsável, consciencioso.*”
- 2) Um nível intermediário “...*constituído por impulsos cruéis, sádicos lascivos, sanguinários e invejosos.*” Nesse nível o homem se comporta dessa forma porque é impelido a reprimir o seu cerne biológico.
- 3) O nível do cerne biológico que é aquele em que, em condições sociais favoráveis, apresenta o homem como um animal racional de essência honesta, trabalhadora, amorosa e cooperativa que tendo motivos odeia. (cf. REICH, 1988, p. XVII)

Problematizarei essas exposições de Reich mais adiante quando discutir os elementos endógenos e exógenos do antissemitismo, mas esse trecho serve para ilustrar a tentativa de Reich de analisar questões racionais e irracionais vinculadas ao ódio aos judeus. Ele ainda diz que “... *a extensão da violência e a ampla propagação desses 'preconceitos raciais' são prova da sua origem na parte irracional do caráter humano. A teoria racial não é uma criação do fascismo. Pelo contrário, o fascismo é um produto do ódio racial e a sua expressão politicamente organizada.*” (REICH, 1988, p. XXI)

Interessa aqui ponderar sobre o caráter meramente racional dado pelo psicanalista à subjetividade, em que pese ser essa uma análise psicanalista e não historiográfica; retomarei a questão mais à frente, mas o trecho complementa a alusão de ir além de uma análise somente objetivista ou funcionalista do antissemitismo, apesar de sua tentativa, no campo teórico, de se validar como empírico.

## 1.1. Os Judeus e A Questão da Raça

Gostaria de tocar no ponto que se refere à categorização dos judeus enquanto *raça*. Importante essa

discussão porque traz luz ao debate que se estabelece em torno das continuidades e rupturas do antissemitismo. Defendo que a racialização do judeu é um elemento diferenciado no antissemitismo moderno, com base na “cientifização” da sociedade. Para os intelectuais do século XIX, não caberia mais uma argumentação de inferioridade racial dos homens baseada em superstições ou meramente no argumento religioso, eram necessárias comprovações científicas, com base em pesquisas, em dados adquiridos a partir da observação e dos estudos sociais e biológicos para se definir a inferioridade de um grupo social, e/ou povo, normalmente denominado de *raça* ou *sub-raça*, com o interesse de apartar e/ou exterminar o “objeto” de estudo da sociedade após a comprovação científica da impossibilidade de assimilação, ou de assimilação condicional, daquele indivíduo ou grupo numa determinada sociedade.<sup>4</sup>

Segundo Nei Lopes que, em sua obra, cria dois personagens que explicam aos seus filhos o que seria o racismo, a origem da palavra *raça* vem do italiano *razza* e tinha um sentido de índole. Ele afirma que só depois de um tempo, já no período Iluminista, é que passou a se referir a cada uma das variedades da espécie humana ou animal. Originalmente hierarquizava, de forma depreciativa, as *raças* consideradas civilizadas e as selvagens. Só posteriormente mudará a sua hierarquização para uma perspectiva de *raças* inferiores e superiores. E essa diferença é importante, porque para o primeiro momento o critério de racialização a partir do referencial civilizatório significava que qualquer um poderia mudar sua situação, bastando aceitar o modelo de civilização vigente. No caso da racialização a partir de *raças* superiores e inferiores essa mudança passa a ser mais difícil porque ao se referenciar em questões que estariam biologicamente pré-estabelecidos a mudança evolutivo-racial se torna improvável ou impossível. Porém a teoria racial pretensamente biológica não era tão rígida assim, já que mesclava seus referenciais científicos com religião e outras mitologias.<sup>5</sup> A discussão que segue visa, justamente, desconstruir essa ideia de rigidez das ciências.

Vale a pena trazer aqui um breve resumo das reflexões do historiador Léon Poliakov que estuda a evolução histórica do mito ariano, mas não só, já que ele também recupera as fontes do racismo e dos nacionalismos desde antigos mitos de origem e as vinculações destes com o processo histórico de racialização; e a partir da historiadora brasileira Lília Schwarcz que analisa de que forma essa

---

4 Uma obra que traz importantes contribuições para essa discussão, e que será utilizada por mim nessa discussão, é: POLIAKOV, Léon. O mito ariano. Coleção Estudos, n.º 34. São Paulo. Editora Perspectiva. 1974.

5 LOPES, Nei. O racismo explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro. Agir, 2007.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

racialização científica chegou ao Brasil e aqui foi apropriada na perspectiva da construção de um racismo à brasileira. O que me interessa prioritariamente nesse momento, do texto de Schwarcz, é exatamente o que ela traz das contribuições estrangeiras.

Para Poliakov o racismo do Conde francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e seus contemporâneos, inclusive para o socialista “utópico”<sup>6</sup> Claude Henri de Saint-Simon, seria uma tentativa de explicação que mesclava razão e relações com o misticismo religioso que tinham origens no século XVIII e que a partir dessa mescla tirava, inclusive, posicionamentos políticos, já que era de bom tom discutir política junto com ciência. Eric Hobsbawm diz que nessa época os filósofos e pensadores, de modo geral, estavam em maus lençóis, já que eram vistas como pensadores abstratos e de nenhuma relevância, com algumas exceções como o positivismo francês de Augusto Comte, o empirismo inglês de John Stuart Mill e Hebert Spencer, este último chamado pelo historiador egípcio, radicado na Inglaterra de “...o medíocre pensador, cuja influência era então maior do que a de qualquer outro no mundo...” (HOBSBAWN, 2007, p. 262)<sup>7</sup>. Mas esses homens das ciências de Hobsbawm estão ligados às tentativas de “inserir” nas ciências humanas o modelo das ciências biológicas e criminais.

Dentro dessa discussão de racialização e hierarquização das *raças* havia grupos distintos. Uma parcela desses cientistas acreditava que a razão, apesar das diferenças, poderia “nivelar” as *raças* trazendo a ideia de humanização a partir da civilização, a exemplo de Pierre Cabanis. Essa abordagem parece carregar aquilo que vimos acima sobre uma hierarquização muito mais relacionada ao processo civilizador (que dividia as *raças* entre selvagens ou não) do que a uma superioridade racial de cunho biológico. Outros acreditavam que a religião pudesse salvar e igualar os seres humanos. Poliakov diz que essa perspectiva tinha muito mais aceitação entre os ingleses. Mas havia aqueles que não acreditavam na igualdade dos homens, nem pela razão nem pela religião. Era o caso de Victor Courtet d'Isle que defendia que o conceito de liberdade era algo abstrato que estava muito mais no plano do desejo do que da prática concreta. Daí ele “*propunha como remédio uma acentuação das diferenças raciais, de modo que não se pudesse mais invocar a igualdade.*” (POLIAKOV: 1974, p. 201)

---

<sup>6</sup> Entre aspas porque a definição de socialista utópico não é da época e sim de período posterior e estruturado por Friedrich Engels em “Do socialismo utópico ao científico”.

<sup>7</sup> HOBSBAWN, Eric. Ciência, religião, ideologia. In.: A Era do Capital 1848-1875. Rio de Janeiro, 2007.

Como disse acima os embates no campo intelectual eram diversos, contudo parece que o último grupo, que defendia uma desigualdade racial acabou por servir mais aos propósitos políticos de justificativa para a subordinação de uma dita *raça* sobre outra com o pretexto de superioridade, ou mesmo que as funções destas pretensas *raças* eram distintas, sendo que umas existiam para mandar e outras para servir.<sup>8</sup>

Sobre essa apropriação política Schwarcz reflete o seguinte:

*Assim, interessa compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito raça, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social. O termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto do conhecimento, cujo significado estará constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise.*<sup>9</sup>  
(SCHWARCZ: 2001, p. 17)

Essa apropriação política teve vários propósitos. Justificativas para a dominação imperialista, para a escravidão<sup>10</sup> ou mesmo como base para projetos nacionalistas. No caso dos judeus serviu para apartá-los do convívio com seu meio social, fora da comunidade judaica, tendo uma relação aparentemente direta com os projetos nacionalistas. Digo aparentemente porque em diversos locais onde o antissemitismo moderno ganhou corpo os judeus já estavam num processo de assimilação muito avançado, como é o caso da Alemanha da década de 1930, o que significa, a partir de uma análise bem superficial, que esses judeus já se sentiam parte desse país.<sup>11</sup>

A impossibilidade de adaptação das *raças*, mesmo pela conversão religiosa ou pelo processo civilizador, serviu de argumento ao franco-inglês W. F. Edwards que, com isso, questionava a teoria do clima e sua correlação com a hereditariedade racial e de origem físico-moral. Para provar essa inadaptabilidade ele cita o caso dos judeus e sua impossibilidade de adaptação moral e física nos diferenciados lugares em que se instalaram. (POLIAKOV, p. 209). Contudo o exemplo judeu não

---

<sup>8</sup> Poliakov cita o caso de interpretações que colocavam os povos de origem ariana, como os anglo-saxônicos, ibéricos e germânicos que teriam uma propensão natural para comandar enquanto que os eslavos teriam uma propensão natural para trabalhar e, portanto, para serem comandados.

<sup>9</sup> Grifos da autora.

<sup>10</sup> Cf.: HOBBSBAWN, op. Cit. & BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

<sup>11</sup> O processo de assimilação dos judeus na Alemanha se dava, nos principais centros, muito antes de sua unificação (1871). Para saber mais ver: MARX, Karl. *A questão judaica*.

significava que todos os racialistas considerassem os judeus como inferiores. Benjamin Disraeli, futuro primeiro-ministro britânico, e de origem judaica, classificava os judeus como representantes verdadeiros da *raça* caucasiana. Disraeli, em sua obra *Coningsby*, publicada em Londres - Inglaterra, no ano de 1844, demonstra que a presença marcante dos judeus nos diversos setores da sociedade, entre eles, trabalhadores, intelectuais, diplomatas e donos de negócios, na Europa, provava sua superioridade racial entre seus pares caucasianos. (Disraeli APUD Poliakov, 1974, p. 215) Curiosamente essa “ode” aos judeus, feita por Disraeli serviu para o argumento antissemitas de uma conspiração mundial judaica de tomada do poder.

Disraeli e Courtet de d'Isle aparecem como nomes que influenciaram o Conde Joseph Arthur de Gobineau, talvez um dos principais teóricos da racialização. Gobineau é tido como um dos inspiradores do racismo nazifascista. Podemos verificar, entre suas reflexões, a defesa da supremacia da *raça* ariana, como podemos ver na citação abaixo:

*O fato fundamental no progresso ou na decadência das nações não é a religião, a moral ou um bom governo, mas o fator racial. A pureza racial, se a raça for bem dotada, é a condição necessária e suficiente para que se realize o progresso da sociedade de sua civilização, e para que fique obstada sua degenerescência e seu conseqüente extermínio. Toda mistura é uma contaminação que vicia as fontes do progresso. Afirimo que existe uma desigualdade das raças quanto ao seu valor: umas são superiores, outras inferiores. Das três raças originalmente existentes - a branca, a amarela e a negra - a primeira, particularmente seu ramo ariano, mostrou-se a mais criadora e sob sua égide constituíram-se as grandes civilizações da história. (GOBINEAU Apud LOPES, 2007, p. 25-26)*

Apesar de negar os preceitos religiosos, como podemos ver nesse trecho, Poliakov afirma que a teoria de Gobineau se vinculava com a cronologia bíblica, mais uma característica do racialismo do século XIX, inspirador do antissemitismo do século XX. Sobre isso Reich traz mais uma contribuição: “*O caráter sádico-perverso da ideologia da raça revela-se também na atitude perante a religião. O fascismo seria um retorno ao paganismo e um arquiinimigo da religião. Muito pelo contrário, o fascismo é a expressão máxima do misticismo religioso.*” (cf. REICH, 1988, p. XXI)

Theodor Adorno e Max Horkheimer fazem um vínculo direto com o cristianismo, da seguinte forma:

*Desde os primeiros dias, o cristianismo teve esse pressentimento, mas só os cristãos paradoxais, os anti-oficiais, de Pascal a Barth passando por Lessing e Kierkegaard, fizeram dele a pedra angular de sua filosofia. Nessa consciência, eles foram não somente os radicais, mas também os tolerantes. Mas os outros, que recalçavam esse pressentimento*

*e, com má consciência; procuravam se persuadir do cristianismo como uma posse segura, tinham que buscar a confirmação de sua salvação eterna na desgraça terrena daqueles não faziam o turvo sacrifício da razão. Eis aí a origem religiosa do antissemitismo. (ADORNO E HORKHEIMER, 2006, p. 148, grifo meu)<sup>12</sup>*

O pressentimento a que se remete o trecho se reflete à contradição cristã que, segundo os autores, ao mesmo tempo em que se pretende espiritual (já que a salvação é espiritual, segunda a máxima do “dai a César o que é de César”), na prática não só está em constante negociação com o poder terreno, como o formata a partir de seus próprios interesses. Porém, o que isso tem a ver com que foi dito até agora? Tudo. Para os intelectuais da Escola de Frankfurt essa ligação religião-poder político se liga diretamente com a postura do fiel frente ao seu posicionamento em relação ao denominado *outro*, aquele que não se “encaixa” nessa *sociedade cristã*, apesar de se auto-declarar sociedade laica. Enquanto a religião exige uma doação do fiel a partir da fé e da obra, sem ter a garantia de um retorno, já que a escolha de ser ou não salvo não cabe ao fiel, mas sim a Deus e seus representantes (terrenos ou celestiais), ele busca sua própria justiça. Daí sua indignação contra o judeu que não compreende nem a razão ligada, obviamente, ao pensamento cristão, e nem a religião “certa”, o cristianismo. Aí a mescla entre as duas formas de anti-judaísmo, o científico e o religioso.

E essa é uma das grandes discussões em torno do racismo, a relação entre este e o místico. Poliakov cita o caso de dois nomes eminentes na intelectualidade do século XIX, Johann Fichte e Friedrich Schelling. Para o primeiro o que determinava a superioridade de uma *raça* sobre a outra não era o seu fenótipo, mas sua origem. O termo “*raça branca*” para ele era muito genérico, os judeus, por exemplo, eram brancos fenotipicamente, mas de origem distinta daqueles reais representantes dessa *raça*: os povos de origem germânica. Para isso, segundo Poliakov, ele utilizava um juízo metafísico, então: “*Assim, pois, a filosofia alemã continuava a tratar das 'relações entre o físico e o moral' pelo viés do moral: o 'invisível' devia manifestar o visível, a matéria era de certa forma secretada pelo pensamento*”. (POLIAKOV, 1974, p. 222)

Schelling, por sua vez, considerava os judeus como um não-povo, contudo os via com bons olhos já que essa classificação de não-povo não tinha um sentido antissemita e sim de representantes da *raça* pura, sem vínculos necessários com algum povo para se constituir enquanto uma *raça*. Essa *raça*

---

<sup>12</sup> ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Elementos do Anti-Semitismo: Limites do Esclarecimento*. IN: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2006. p. 139 – 171

superior, iluminada, era a *raça* branca, que para Schelling tinha um caráter bem geral, não importando se eram germânicos, eslavos, judeus ou qualquer outro povo. O contato desse homem espiritualmente superior com aqueles que não conseguiram atingir esse grau de evolução espiritual seria benéfico para o mesmo, como no caso dos negros escravizados, posto que estivessem predestinados a escravidão ou a extinção. Por outro lado Fichte “*era partidário da emancipação dos judeus, precisamente porque não via de que outra maneira se poderia fazer com que renunciassem às suas crenças, que de forma alguma lhe pareciam enraizadas em seus corpos.*” (POLIAKOV, 1974, p. 225)

Essa última situação acabava por colocar os judeus numa situação dúbia. Ao mesmo tempo em que, por se diferenciarem apenas pelo seu comportamento religioso, social e cultural, eles seriam assimiláveis, outros intérpretes viam nisso um perigo maior exatamente porque os judeus seriam um elemento subversivo daquela ordem social difícil de ser identificado e, por isso mesmo, de ser erradicado da sociedade de maneira a não mais desequilibrar tal ordem.

Mas existiam aqueles que pensavam diferente de Fichte e Schelling e naturalizavam a ojeriza aos judeus, considerado-a como inevitável. A citação abaixo é do livro *Kulturgeschichte*, de Von Hellwald: “*O preconceito antijudeu é uma espécie de sentimento instintivo e natural, que se manifesta onde quer que homens de raça diferente entrem em contato.*” (*Idem*, p. 263) Esse tipo pensamento caiu como uma luva nas mãos dos antissemitas e ecoou no século XX.

## 1.2. Questões Contemporâneas Sobre *Raça* e A Questão Judaica

Para a historiadora brasileira Schwarcz interessa mais o sentido social e político dado ao racismo do que sua conceituação científica biológica. Obviamente que existe uma ligação direta entre um e outro porque a apropriação desse conceito pelas ciências humanas se deu junto com o anseio de tornar esta área supostamente mais científica, se aproximando não só das metodologias de análises das ciências naturais bem como de seus objetos de pesquisa.

O caráter político do racismo resistiu (e ainda resiste) mais tempo do que sua matriz científica. Schwarcz diz que na Europa a abordagem das *raças* humanas no campo das ciências biológicas

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

entrou em desuso ainda nos anos de 1870, mas no campo das ciências sociais e até mesmo da História essas abordagens eram usadas para validar as ações imperialistas de dominação de outros povos, principalmente após a partilha do continente africano no final do século XIX. Mesmo em relação a sua aplicação no campo das ciências biológicas há de se ter cuidado com essa afirmação, já que, mesmo que tenha iniciado seu declínio, ela foi utilizada ainda como válida por médicos, sanitaristas, dentre outros, como teoria de análise até pelo menos, a primeira metade do século XX.

Nessa discussão vale a pena trazer as reflexões do sociólogo polonês, radicado na Inglaterra, Zygmunt Bauman: Seria o antissemitismo um tipo de racismo? O racismo existe de fato?

Para Bauman, utilizar *antisemitismo* significava transformar o judeu em um grupo social organizado, o que significava territorializar o conflito, e um dos elementos discursivos dos nazistas era exatamente o de que os judeus não tinham pátria e não eram assimiláveis, por isso mesmo, descartáveis para qualquer projeto de nação. Ele difere, assim, a posição do judeu no conflito intergrupar, por não existir um conflito por territorialidade. De fato a desumanização do outro grupo, fossem judeus, ciganos, negros ou eslavos, fez parte dos planos alemães, mas quando o autor reivindica existir territorialização para que haja conflito intergrupar ele reproduz o sentido dado à prática racista de desterritorializar o outro.

Explicarei melhor o que eu quero dizer. O mito ariano se funda na superioridade racial de uma *raça* sobre outra. Dessa forma, o caminho natural seria a *raça* ariana, dominar as outras a partir da conquista dos seus territórios. Aí se baseia a territorialização dos conflitos entre o III Reich e os outros países, principalmente os países do leste europeu, considerados como natos à submissão e ao trabalho. Quando Bauman traz o argumento, a da não existência da territorialização dos judeus (bem como dos ciganos) e daí a não possibilidade de se denominar *antisemitismo* a perseguição aos judeus à época, acaba por concordar que de fato os judeus não tinham vínculos com a terra, não faziam parte de algum território, ou seja, eram de fato estranhos àquele país.

Acho importante ressaltar que o conceito de territorialização utilizado pelo autor se embasa nesse mito de origem. Entendo que o enraizamento dos grupos sociais não perpassa apenas por isso, aliás, penso que tal aspecto só ganhará grande relevância a partir da criação dos Estados-nações. A

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

despeito desse critério, os judeus eram sim territorializados, já que não era incomum os que viviam, viviam e se sentiam pertencentes, há séculos, a mesma localidade. O conceito de territorialização demonstra de maneira contundente a ligação existente entre esse cientificismo e a religião, porque quem acaba definindo o pertencimento é a filiação religiosa, tomando-se sempre o cuidado de que quando se é necessário fazer esse recorte - religião - é apenas numa perspectiva metodológica, não compreendendo as outras dimensões sociais, como a político-econômica.

Indo à segunda questão: “A modernidade tornou possível o racismo.” (BAUMAN, 1998, p. 83). Com essa afirmação Bauman faz o seu elo entre o pensamento moderno e racismo. O autor argumenta que a conceituação do fenômeno *racismo* é comumente vinculada a qualquer forma de ressentimento, preconceito grupal ou conflito inter-grupal. Para Bauman os trabalhos historiográficos e etnológicos documentam uma constância e universalidade da tendência a abominar e manter a distância grupos estranhos (estrangeiros). A partir daí ele traz a contribuição de Pierre-André Taguieff e os seus três níveis de racismo. (cf. BAUMAN, 1998, p. 84.)

De acordo com Taguieff o racismo primário é universal, sendo que ele defende que a ojeriza a grupos estranhos faz parte de nossa construção biológica, assimilada desde outros tempos, onde o medo a outros grupos que nos fez sobreviver. Esse racismo primário é uma resposta ao estranho e não precisa de uma inspiração, instigação ou teoria, já que é nato ao ser humano. No racismo secundário a aversão ao outro ganha uma argumentação lógica e é racionalizada pela ideia de ameaça do estranho que seria o contraponto ao bem estar do grupo a exemplo da xenofobia ou etnocentrismo. Já no terciário encontramos a seguinte característica: “...mistificador, que pressupõe os outros dois níveis inferiores, distingui-se pela utilização de argumentos quase biológicos.” (BAUMAN, 1998, p. 85) Esse racismo terciário seria, então, algo próximo do racismo moderno, das ciências.

Antes de tudo, vale lembrar que Reich, a partir de suas análises, chega a um resultado oposto ao de Taguieff. Ao contrário do francês, o psicanalista austro-húngaro vê um homem que tem uma tendência natural a se sociabilizar e viver com o outro de forma harmônica, é o que apontamos acima como o cerne biológico.

A teoria de Taguieff, em sua raiz, naturaliza o comportamento racista. Mas, é importante apontar que Bauman critica o aspecto mistificador do racismo terciário, já Taguieff teria sido mais feliz se tivesse respaldado o caráter científico-biológico do mesmo, ou seja, não é *quase biológico* o argumento, mas totalmente biológico. E é a partir desse caráter científico-biológico que Bauman fará sua diferenciação entre *heterofobia* e *racismo*. Nela Bauman trouxe uma importante contribuição que é a atemporalidade da heterofobia, já que se basearia no ressentimento ao outro e não a uma *raça* que, para esse autor, é fruto da modernidade. No entanto, Bauman confere uma carga muito grande de subjetividade à heterofobia. Ele traz uma irracionalidade heterofóbica, colocando-a como fruto de uma ansiedade incontrolável. Penso que se esse argumento for verdadeiro teremos que forjar outro conceito para ser utilizado atemporalmente nos casos de conflitos inter-grupais. Por mais que esses conflitos tenham aspectos subjetivos fortes não podemos descartar suas questões objetivas. Usando o exemplo de nossos antepassados mais longínquos, conforme faz a teoria de Taguieff, um grupo rivalizava com outro por questões objetivas como obtenção de alimentos, água, etc..

O autor ainda traz mais uma categoria, que ele difere do racismo e da heterofobia: a *inimizade coletiva*. Ela seria, “antagonismo mais específico gerado pelas práticas humanas de busca de identidade e estabelecimento de limites.”, nas quais “os sentimentos de antipatia e ressentimento parecem mais apêndices emocionais de atividade de separação; separação que por si mesma requer uma atividade, um esforço, uma ação continuada.” (BAUMAN, 1998, p. 86-87) Para mim a dissociação dos três conceitos empobrece a discussão.

Avalio importante trazer mais uma citação do autor sobre o racismo: “Resumindo: no mundo moderno, caracterizado pela ambição do autocontrole e da autogestão, o racismo declara certa categoria de pessoas endêmicas e irremediavelmente resistente ao controle e imune a todos os esforços de melhoria.” (*idem*, p. 88)

É presumível a concordância com Bauman nas duas questões, embora o acordo seja parcial. Porém, perde-se ao analisar de forma superficial os elaboradores do racismo do século XVIII ao XX. Penso que para uma análise mais detida, o autor deveria considerar que quando se faz essa análise mais profunda da História do racismo, percebe-se que isso é relativizado exatamente por causa da visão

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

civilizatória de mundo do Iluminismo que via na razão a possível salvação daqueles que estivessem abertos para isso. Não ignoro, porém, que dentro desse debate existem os incrédulos dessa salvação e os que defendiam (e / ou defendem) a ideia de que estes nunca chegariam a ser iguais, mas vejo nisso um resquício das sociedades pré-modernas ou absolutistas, com a sua visão de mundo sem mobilidade social.

Se reivindicasse a linha de raciocínio de Bauman, chegaria à conclusão de que o antissemitismo se encaixa muito mais na heterofobia do que no racismo, já que ele se insere na lógica de que, mesmo renegando sua herança judaica, ainda assim seria visto como o *outro*. Acredito que isso possa ocorrer, porém não creio que haja como dissociar os três conceitos, o racismo, a heterofobia e a *inimizade competitiva*. O antissemitismo é racista por racializar o judeu como inferior, desagregador; é heterofóbico por colocar o judeu como o *outro*, indesejável por ser estrangeiro e que tenta se assimilar de forma contagiosa a essa sociedade que busca o equilíbrio; e é *inimizade competitiva* porque a negação do judeu se faz necessária, como vimos anteriormente, enquanto indivíduo e enquanto religioso, para a criação de uma identidade antagônica à negada e ainda tenta estabelecer limites objetivos e subjetivos, como os relacionados ao que um judeu pode ter ou não, qual espaço pode frequentar, onde pode professar sua fé...

Num sentido contrário, principalmente se referido ao antissemitismo, defendo a existência do racismo, conforme o argumento do historiador brasileiro Marcelo Badaró Mattos, que diz que se o mesmo não existe de fato ao menos socialmente existe e serve, objetiva e subjetivamente, para uma hierarquização social. O racismo cumpre esse papel exatamente por que necessita dessa hierarquização para melhor explorar a partir da competitividade não apenas extraclasse, mas intra-classe. Sua superação não está posta sem a mudança no modo de produção vigente, o capitalismo. Somente com sua superação se abre uma possibilidade de se extingui-lo. (MATTOS, 2007, 174-200)

Também concordo com o que diz a socióloga Patrícia Pinho, sobre a questão da *raça*, tendo como recorte a questão do negro, defendendo que a luta antirracista deve incluir a superação da ideia de “raça”. (PINHO, 2004, p. 20)

O que ela traz aos negros, aplico em relação à questão do racismo aos judeus. Sem fazer odes à ideia de *raça*, mas desconstruindo essa noção.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARANÁ

Reich caracteriza o racismo como algo que atua muito mais subjetivamente do que objetivamente. Para ele, explicar a um racista que *raças* não existem e que são conceitos científicos ultrapassados de nada adianta. O racista tem fé religiosa na superioridade racial e tenta fazer suas vítimas acreditarem nisso, se utilizando da propaganda e da naturalização disso para que, inclusive, suas vítimas corroborem com esse pensamento. Então, para ele, a única forma de se combater o racismo seria demonstrando não apenas a sua incoerência teórica, mas sim o irracionalismo contido nele, já que: “A única maneira de abalar a teoria racial é revelar suas funções irracionais, que são essencialmente, duas: dar expressão a certas correntes inconscientes e emocionais que predominam no homem [em relação] ao nacionalismo, e de encobrir certas tendências psíquicas.” (REICH, 1988, p. 74-75) E continua, afirmando que só percebendo que a teoria do 3.º Reich se embasava em atingir o emocional, o irracional, podemos compreender a essência desta teoria e seu contexto histórico.

Wilhelm Reich não nega os aspectos objetivos. Ele defende o aspecto econômico como base objetiva do racismo, porém sua essência (a ser combatida de forma mais efetiva) está em questões de cunho subjetivo, como a ideia de Nação e superioridade racial. Mais uma vez dou a palavra ao autor:

*Disto se conclui que as condições econômicas em que surge uma ideologia explicam a sua base material, mas não proporcionam um conhecimento imediato de seu fundo irracional. Este fundo surge diretamente da estrutura do caráter dos homens, sujeitos a determinadas condições histórico-econômico. À medida que desenvolvem a ideologia, os homens se transformam; é no processo de formação das ideologias que vamos encontrar o seu fundo material. Assim, a ideologia surge com uma base material dupla: a estrutura econômica da sociedade e a estrutura típica dos homens que a produzem, estrutura essa que é, por sua vez, condicionada pela estrutura econômica da sociedade. Torna-se claro, assim, que o processo irracional da formação de uma ideologia cria, por sua vez, estruturas irracionais, nos homens. (Idem, p. 75 e 76)*

Aponto isso como uma contribuição importante de Reich, já que ele demonstra essa relação intrínseca entre o objetivo e o subjetivo, que parece ter sido a tônica do racismo.

Reich ainda traz uma contribuição diferenciada por parte do ideólogo nazista Alfred Rosenberg (1893-1946)<sup>23</sup>. Para o nazista citado, a origem das *raças* nórdicas estava na Grécia. É na Grécia que a raça dos guerreiros existia e os deuses gregos eram os heróis, ao contrário dos deuses do Oriente Próximo que eram deuses humanizados. A derrocada da cultura superior grega se deu a

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

partir do contato com os etruscos e a inserção dos seus deuses entre os adorados, em especial Dionísio e suas festas, já que para Rosemberg a liberdade sexual trazida por esse deus trouxe a desestruturação da sociedade grega.

O que de fundo se está condenando é a mistura de *raças*. Para Rosemberg a presença do deus etrusco entre os gregos simbolizava a miscigenação a qual se submeteu o povo grego e que coincidiu com a derrota de sua civilização; é na pureza da *raça* que está o segredo do sucesso de um povo. E Rosemberg não se limita a isso... Para ele a miscigenação entre classes diferentes também significava derrocada de um povo. Para isso cita tanto os romanos como os hindus. O que remete a uma outra ideia do racismo, relacionada diretamente a sua origem fascista: para um bom funcionamento do organismo societal é necessário não misturar as partes.

Até agora transitei por algumas formas de manifestações do racismo tentando sempre ligá-lo ao antissemitismo, já que é a questão do judeu que me interessa aqui. Em todas essas manifestações racistas o pano de fundo foi a sua “base científica”. Mas, como demonstrei acima, o que estava por trás na maioria das vezes não eram interesses meramente científicos, mas também políticos, não a toa no campo da política ele serviu, ao menos abertamente, até o fim do apartheid sul-africano no final da década de 1980 e ainda na década de 1990, no caso das justificativas das guerras e massacres na região da antiga Iugoslávia. Além disso, trouxe também algumas reflexões sobre os aspectos subjetivos desse racismo, principalmente a partir das reflexões de Reich que, sem perder a relação entre o objetivo e o subjetivo, ressaltou o caráter psicológico e irracional do racismo.

Por último vale acrescentar uma contribuição do campo da linguística, trazida pelo ensaísta francês Jean-Pierre Faye. Segundo ele, a linguística age no campo da subjetividade, também, e como Reich constata, quando diz que o discurso fascista é pensado para atingir o subjetivo das massas<sup>24</sup>, ela é pensada para tal<sup>25</sup>. Em *Introdução a linguagens totalitárias*<sup>26</sup> Faye analisa as mudanças ocorridas na forma de se relatar as questões. Ele vai posicionar no século XIX a mudança mais efetiva na forma de se tratar os relatos que tinham uma base quimérica (fictícia, na concepção spinoziana, segundo o autor) e passam a buscar seu espaço do mundo das ciências. Mas ela se dá de forma a garantir o discurso dominante. Ele cita o caso de Gobineau que serve como ilustração dessa situação e que desloca (não só ele, mas segundo Faye ele é uma das principais influências) a discussão da

luta entre classes e a transforma em luta entre *raças*.

Nas palavras do autor:

*As quimeras da narração seguida pela imensa revolução foram substituídas por uma versão completamente distinta: aqueles que o Primeiro cônsul foi procurar e literalmente encomendar “no partido contrarrevolucionário” [sic], na casa de M. de Montlosier. Ali, como exporá Thierry, constrói-se uma linguagem ou “o emprego de uma fraseologia” que, no decorrer do processo, “substitui a ideia de classes e estratos pela de povos diversos, [que] aplica à luta de classes inimigas ou rivais o vocabulário pitoresco da história das invasões e conquistas.”*

Por sua vez, porém, tal *vocabulário pitoresco* e sua fraseologia vão se transformar. Para chegar finalmente à forma mais brutal dos enunciados desta substituição:

Eles queriam a luta de classes. Eles terão o combate das raças, até a castração.<sup>13</sup> (FAYE, 2009, p. 13, grifos do autor)

O ensaísta francês ainda traz uma contribuição importante para compreender o vínculo mitológico do antissemitismo fascista citado por Reich. Eis que surge Ernst Krieck<sup>28</sup>, ideólogo nazista discípulo de Rosenberg. Krieck antagoniza duas formas de narrativas, a que parte do *Logos* (ou da *Ratio*) e a que parte do *Mythos*. A primeira é valorativa, narra os fatos a partir do julgamento e da decisão sobre a relação entre o verdadeiro e não verdadeiro. A segunda forma se baseia apenas na narração do fato, no *contar*. A partir dessa compreensão Krieck defende que a História contada a partir dos mitos é a forma correta; aliás, ele coloca de forma dissociada História e mito, defendendo assim, a sua forma de historicizar. Mas não só isso. O mito será uma das principais marcas dos discursos totalitaristas. Contudo, aqui se pode compreender que há uma tentativa, mesmo que malfadada, ou como diz Faye, pobre intelectualmente, de se vincular o mito com uma forma de se fazer ciência a partir de uma neutralidade científica oferecida pela narrativa mitológica, pretensamente indefectível<sup>14</sup>.

Os autores contemporâneos enriqueceram o debate sobre o antissemitismo. Reich se coloca entre aqueles que viram a ascensão e queda do fascismo na Europa, mas continuou a refletir sobre o tema

---

13 Segue-se a nota do autor: Lanz von Liebenfels (ver: J-P.Faye, *Langage totalitaires*, livro II, parte II)

14 Para mais detalhes ver o tópico *O Enunciado Narrativo: Mythos contra Logos*, no primeiro capítulo de FAYE, 2009.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

posteriormente. Das discussões mais recentes, Bauman e Faye trazem contribuições que avançam ao já colocado pela historiografia do tema.

Não só esses autores, mas, como dito no início deste texto, a discussão sobre antissemitismo é mais do que contemporânea. Conhecer as diversas faces do antissemitismo nos permite localizar onde ele se encontra e nos permite ponderar sobre sua utilização. Em tempos de ataques do Estado de Israel contra o povo palestino, em tempos de justificativas “racializantes” para tais ataques e pelo tratamento dado aos palestinos que vivem no território de Israel e na própria Palestina. Não esquecer as atrocidades sofridas pelo povo judeu, ou por qualquer outro, não pode servir de justificativa para a reprodução de relações opressoras de mesmo porte.

Por uma Palestina livre!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Elementos do Anti-Semitismo: Limites do Esclarecimento*. IN: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006. Tradução: Guido Antonio de Almeida. p. 139 – 171

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. Tradução: Marcus Penchel.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DEUTSCHER, Isaac. *O judeu não-judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias – teoria e transformação do relato*. Coleção Estudos, vol. 261. São Paulo: Editora Perspectiva. 2009

HOBSBAWM, Eric. *Ciência, religião, ideologia*. In.: *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LÊNIN, V. I.. *Estado e Revolução*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa Omega. 1980

LEON, Abraham. *A concepção materialista da questão judaica*. Coleção Teoria, n.º 39., São Paulo: Global Editora 1981

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

LOPES, Nei. *O Racismo explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MARX, Karl. *A questão judaica*. Editora Moraes.

MARX, Karl. *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*. IN: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 2.<sup>a</sup> edição. Tradução: Florestan Fernandes. p. 235 – 270

MATTOS, Marcelo Badaró. *Cotas, raça, classe e universalismo*. In: *Revista Outubro*, n.º 16. Editora Alameda. 2007. 174-200

PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenção da África na Bahia*. São Paulo: Annablume. 2004.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. Coleção Estudos, n.º 34. São Paulo: Editora Perspectiva. 1974

REICH, Wihelm. *Psicologia de Massa do Fascismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1988

SCHWARCZ, Lília Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOLEDO, Cecília. *Israel: cinco décadas de pillaje y limpieza étnica*. IN: *Revista Marxismo Vivo*, n.º 3. Maio de 2001. Versão eletrônica acessada em 22 de junho de 2010 em: <http://www.litci.org/inicio/newspublicaciones/marxismo-vivo>